

# FACULDADE METODISTA

## **PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2021 - 2023**

**SANTA MARIA  
2020**



**EDUCAÇÃO  
METODISTA**

**PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**2021 - 2023**

**SANTA MARIA**  
**2020**

## 1 INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) apresenta à comunidade acadêmica o **Projeto de Avaliação Institucional** da Faculdade Metodista Centenário (FMC) para o ciclo avaliativo de 2021 a 2023. É um documento que busca identificar às necessidades institucionais, servindo como instrumento para a gestão e para ações acadêmico-administrativas a fim de promover a melhoria institucional.

A política de avaliação da instituição segue as orientações da Nota Técnica nº 065/MEC/INEP/DAES, de 9 de julho de 2014 que propõe o roteiro para elaboração dos documentos que registram a autoavaliação das IES em respostas às necessidades identificadas, em consonância ao PDI. Desta forma, a CPA da FMC, apresenta os resultados do processo de avaliação de forma parcial (ao final de cada ano) e de forma completa ao final do período de três anos.

A FMC considera que a Autoavaliação Institucional é um processo sistemático e contínuo que abrange diferentes níveis, dimensões e segmentos da instituição. Este processo de autoavaliação ocorre desde o ano de sua constituição, tendo forte influência nos processos acadêmicos e de gestão. Tem como prioridade, desenvolver uma cultura de autoavaliação que permita ter informações, conhecer e traçar juízos sobre o funcionamento interno da Instituição; subsidiar o planejamento institucional com vistas à reorientação de ações e tomada de decisões quanto ao previsto no PDI e às demandas da comunidade; constituir-se como uma das frações do Sistema Nacional de Avaliação proposto pelo Ministério da Educação.

Assim, este documento tem por objetivo apresentar o Plano de Trabalho e explicitar o cronograma das ações avaliativas que serão realizadas no período de 2021 a 2023, bem como, as Dimensões avaliadas em cada ano, baseadas nos indicadores dos instrumentos de Avaliação de Curso, Avaliação Institucional e ENADE do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

## 1.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Faculdade Metodista Centenário – FMC

Código da IES: 1085

Caracterização de IES: Instituição privada, sem fins lucrativos, confessional, comunitária e faculdade.

Endereço: Rua Dr. Turi, nº 2003, bairro Centro, CEP 97050-530, Santa Maria – RS

Telefones: (55) 3028-7000 – (55) 3028-7048

Página na Internet: <http://metodistacentenario.com.br>

### 1.1.1 Histórico

A FMC foi fundada em 25 de abril de 1998, através da autorização de seus dois primeiros cursos de graduação – respectivamente pelas Portarias Ministeriais nº 210, de 06 de março de 1998, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de março de 1998 – Curso de Administração – Habilitação em Comércio Exterior-Bacharelado e a Portaria nº 213, de 06 de março de 1998, publicada no DOU de 10 de março de 1998, Curso de Letras – Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas, Licenciatura Plena. Assim, a Instituição de Ensino Superior (IES) foi credenciada pelo Ministério de Educação (MEC) como Instituição privada, confessional, comunitária e filantrópica para oferecer, conforme o Art 4º de seu Regimento Interno, cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), devidamente autorizados pelo MEC.

A FMC é regida pela legislação da educação superior, pelo Estatuto da Entidade Mantenedora, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, pelo seu Regimento Interno e pelos Documentos norteadores de sua Missão. A perspectiva missionária da Igreja Metodista, no que diz respeito à educação, tem em seu alicerce as Diretrizes para a Educação. Este documento, em uma de suas muitas preocupações, alerta para uma crítica

social no âmbito da educação, cuja preocupação é contrapor uma perspectiva individualista com a ascensão social. A essência da preocupação da Igreja é o compromisso com uma educação que possa alcançar a todos para a promoção da vida e da dignidade.

Nesse sentido, os cursos da FMC visam a suprir a crescente demanda de profissionais com competências específicas, porém sempre desafiando os(as) acadêmicos(as) a um exercício de solidariedade social e emancipação para a formação de profissionais autônomos, críticos, capazes de discernir e interagir com os múltiplos desafios de nosso tempo. Consciente de sua Missão, a Faculdade de Santa Maria tem como preocupação prioritária formar profissionais com compromisso ético, a partir da experiência de outras instituições metodistas, já inseridas no âmbito do Ensino Superior, há quase um século na área de educação. Nesse contexto, fica expressa sua visão e sua missão.

### **1.1.2 Estrutura Administrativa**

A FMC tem, como Mantenedor, o Instituto Metodista Centenário, que, por sua estrutura, está integrado à Rede Metodista de Educação e vem desenvolvendo, com os órgãos administrativos da Igreja Metodista do Brasil, Comissão Geral de Ação Missionária (COGEAM), Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME) e Conselhos Diretores das IES, as diretrizes da Educação Metodista.

A FMC, seguindo as orientações para a Educação Metodista, cujas diretrizes foram estabelecidas em 1982 pelo Concílio Geral Metodista, juntamente com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, construiu seu PDI, contendo propostas pedagógicas para orientação de suas atividades e concretização do papel social da Igreja, comprometendo-se com o avanço tecnológico na perspectiva da ética, da abertura à pluralidade das diferenças sociais e da solidariedade humana.

Sendo uma Instituição Privada Confessional/comunitária Metodista de Ensino Superior, vem se desenvolvendo de acordo com sua proposta,

buscando conjugar valores éticos, inovação e qualidade da sua prática pedagógica. Por isso, tem como compromissos principais a socialização e a humanização do conhecimento, bem como a reflexão crítica do cotidiano acadêmico, valorizando e respeitando o aluno na sua individualidade e preparando-o para enfrentar os desafios de uma carreira profissional em prol da cidadania.

### 1.1.3 Indicadores Institucionais

Atualmente, a FMC oferece os seguintes cursos, conforme apresentado no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1: Áreas de atuação acadêmica dos Cursos de Graduação.

Áreas	Cursos	Tipo Modalidade	Vagas Turno	Atos de		
				Autorização	Reconhecimento	Renovação de Reconhecimento
Ciências Humanas	Direito	Bacharelado Presencial	90 Noturno	Port. nº. 2.059, de 09/08/2004	Port. nº 1367 de 09/09/2010	Port. nº 208 de 25/06/2020
Ciências da Saúde	Educação Física	Bacharelado Presencial	90 Diurno Noturno	Port. nº. 3.760, de 12/12/2003	Port. nº 1369 de 09/09/2010	Port. nº 135 de 01/03/2018

O Corpo Docente da FMC é constituído por profissionais habilitados para o exercício da docência superior, empenhados em executar um trabalho de qualidade para o pleno desenvolvimento de suas competências, o qual é regido pela Legislação Trabalhista e pelo Plano de Carreira Docente aprovado pela Mantenedora.

Os indicadores de qualidade dos cursos de Graduação encontram-se descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Indicadores de qualidade dos Cursos de Graduação.

<b>Curso</b>	<b>ENADE</b>	<b>CPC</b>
Direito	3	3
Educação Física	3	3

Fonte: e-MEC.

## **2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **2.1 AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem como principal objetivo promover a melhoria da qualidade na educação superior, envolvendo a comunidade educativa por meio de instrumentos avaliativos. O SINAES é formado por três componentes principais: avaliação das IES (auto avaliação e avaliação externa); avaliação dos cursos (visita *in loco*); avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

### **2.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FAMES**

A concepção de avaliação institucional adotada pela FMC apresenta-se como uma proposta comprometida com a transformação acadêmica, combinando-se com os princípios apresentados pelo SINAES, quais sejam globalidade e integração, processo pedagógico e formativo, ênfase qualitativa, flexibilidade, credibilidade e legitimidade, institucionalidade e continuidade (SOBRINHO; RISTOFF, 2003), dando ênfase ao princípio da colegialidade ou gestão horizontal como garantia de um processo de avaliação participativa.

O princípio da globalidade e da integração toma a Instituição na sua totalidade, buscando as relações e possibilitando a compreensão integrada do conjunto das ações institucionais. Dessa forma, o princípio da

globalidade e integração contribui para a promoção de mecanismos de construção e de consolidação da integração necessária às atividades fins da faculdade.

O processo pedagógico e formativo entendido como princípio da avaliação institucional potencializa a dimensão educativa necessária ao ato avaliativo e reflexivo. Caracteriza a avaliação institucional como processo dinâmico e possibilitador de desenvolvimento das relações sociais. A dimensão formativa e pedagógica do processo de avaliação contribui para a construção da consciência coletiva sobre o processo e sobre as necessárias tomadas de decisão para melhoria institucional. "Produzindo, organizando, sistematizando os conhecimentos, reflexões, juízo de valor internos e externos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas comunicativas da universidade. Atua, assim, como dispositivo educativo das pessoas que nela se envolvem" (SOBRINHO; RISTOFF, 2003, p. 45).

A ênfase qualitativa não vem negar o quantitativo, mas parte dos bancos de dados, das estatísticas e estudos quantitativos, tomados como sua base sólida, para a reflexão e a produção de sentidos através de processos e procedimentos qualitativos nos espaços institucionais colegiados.

O princípio da flexibilidade orienta a necessária agilidade e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional que está inserido numa realidade em permanente mudança, plural e contraditória. A flexibilidade não implica em permissividade ou desorganização, mas contribui para as necessárias adaptações construídas coletivamente atendendo às necessidades oriundas da própria implantação do Projeto Acadêmico Institucional.

A credibilidade e legitimidade orientam o processo de avaliação institucional a partir de um sentido ético-político, integrando os aspectos pedagógicos e técnicos. A avaliação institucional se investe de credibilidade e legitimidade técnica e política a partir da coletividade dos atores institucionais envolvidos.



O princípio da institucionalidade se consolida a partir do desenvolvimento da cultura de avaliação, compreendida em como processo interno e próprio, identificado com os princípios institucionais que orientam todas as ações da IES em diálogo permanente com os critérios e processos instaurados externamente.

O princípio da continuidade aponta para a constituição de um processo avaliativo permanente, promotor de conhecimentos, informações e juízos qualificados sobre o funcionamento da IES e seus resultados e impacto social a partir das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão em relação com as aspirações da comunidade e do que está previsto no PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Constitui-se, portanto, em fonte contínua de produção de sentidos e de questionamento sobre as finalidades da Instituição.

O princípio da colegialidade ou gestão horizontal orienta o processo de avaliação institucional como espaço de participação onde a reflexão, os conflitos e as contradições da implementação do processo acadêmico e de gestão da IES, torna-se condição fundamental de reorientação de ações, de tomada de decisão, de crescimento individual e coletivo e de consolidação da cultura institucional de avaliação. Para Leite (2005, p. 75), “as características centrais de uma democracia participativa seriam: a formação de uma comunidade política, a autolegislação, e a participação constante”.

Dessa forma, o Programa de Avaliação Institucional (PAI) da Faculdade Metodista Centenário, busca a consolidação de uma cultura avaliativa que, sem negar a avaliação regulatória, busca na reflexão colegiada e na meta-avaliação a possibilidade de transformação e consolidação da qualidade acadêmica com pertinência social. Tal posição institucional corrobora com a Lei 10.861/04, no seu artigo primeiro, define como finalidades do SINAES, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e

responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Na perspectiva dos SINAES há a articulação da avaliação educativa, de natureza formativa, com a regulação e suas funções de supervisão, autorização, reconhecimentos, credenciamentos, etc. (BERTOLIN, 2004). Nessas condições procura-se a articulação da avaliação interna à avaliação externa, da comunidade acadêmica com membros da sociedade.

A FMC posiciona-se por uma lógica de avaliação que ultrapassa o ato mecânico de mensurar dados. Difere da quantificação e da competição. A avaliação educativa não pode se confundir com a prestação de contas, com a mensuração e muito menos com o mero controle. Sua intencionalidade é radicalmente distinta da simples regulação (SOBRINHO; RISTOFF, 2003, p. 39).

Compartilhando a defesa de uma avaliação de caráter emancipatório nos níveis da avaliação interna e externa, levando à reavaliação e meta-avaliação, que constituem momento de retomada crítica de todo o processo desenvolvido, ligando o passado avaliado com o futuro projetado é que a FMC fundamenta sua posição e visão de autoavaliação. Nessa perspectiva, o conceito de qualidade não pode ser pensado de forma indissociada da pertinência na educação superior, já que qualidade não é um atributo abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros.

Tendo como referência o PAI, o processo de Autoavaliação Institucional da FMC é conduzido pela CPA, a qual delibera os fluxos e os processos internos com relação a este processo e conta com o apoio operacional da Coordenadoria de Avaliação Institucional, integrada a Rede Metodista, para a sua efetivação. A CPA da FMC conta com os seguintes segmentos de representação da comunidade acadêmica: 1 presidente/a; 2 representantes do Corpo Docente; 1 representante da Sociedade Civil; 2 representantes do Corpo Discente; 2 representantes do Corpo Técnico-

Administrativo; 1 representante da Rede Metodista; e 1 representante da Pastoral Universitária.

Nesse sentido, os processos e os instrumentos de avaliação, definidos pela CPA, envolvendo toda a comunidade acadêmica (corpo técnico-administrativo, discentes, docentes, egressos/as e gestores/as), buscam servir de referências para a reflexão colegiada interna e contribuir para os processos de tomada de decisões, ao mesmo tempo em que consistem no canal de coleta de dados para alimentar o relatório institucional a partir de uma visão sistêmica. Os instrumentos de Autoavaliação englobam os seguintes processos: Avaliação da Infraestrutura e Serviços da IES; Avaliação das Práticas Pedagógicas (Avaliação do corpo docente pelo corpo discente); Autoavaliação das Práticas Pedagógicas (autoavaliação docente); Avaliação do Currículo dos Cursos; e Acompanhamentos dos Egressos.

Os relatórios de autoavaliação, encaminhados pela CPA ao CEPE, Direção e Colegiados, representam importante subsídio de discussão e produção de sentidos por meio da meta-avaliação. Ressalta-se que a discussão colegiada, além de produzir sentido aos resultados da autoavaliação, possibilita a decisão coletiva sobre a tomada de decisão em relação às ações de superação ou consolidação a serem implementadas, com sua culminância nos Seminários Pedagógicos, ou até mesmo de capacitações realizadas pela Coordenadoria de Graduação, tendo como referência os relatórios gerados das autoavaliações. Ainda, destaca-se que há preocupação em divulgar à comunidade acadêmica os resultados da avaliação, bem como a publicização de ações que foram encaminhadas pelos/as gestores/as tendo como base os relatórios.

O confronto dos resultados da autoavaliação com os resultados da avaliação externa – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, credenciamento da FMC e ENADE, trazem a possibilidade da meta-avaliação à IES, devendo ser também balizadores da reformulação do PAI.

Fundamentada na sua história e baseada nos pressupostos teóricos apresentados a FMC, apresenta os seguintes objetivos do PAI:

### **Objetivo Geral**

- Consolidar a cultura de autoavaliação da Faculdade Metodista Centenário, em consonância com o SINAES, de forma a contribuir para a reflexão e permanência das atividades indissociadas de gestão, ensino, pesquisa e extensão, bem como a consequente tomada de decisões para melhoria dos processos e consolidação da Missão Institucional.

### **Objetivos Específicos**

- Promover ações de consolidação da indissociabilidade das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Instituição;
- Promover e ampliar um espaço de interlocução colegiada que privilegie a reflexão sobre os processos e experiências entre os diversos atores da comunidade acadêmica;
- Disseminar a cultura de autoavaliação na Instituição para a constituição de um processo que venha a contribuir com tomadas de decisões na busca da melhoria dos processos acadêmicos;
- Proporcionar a publicação dos dados da autoavaliação e sua ampliação;
- Promover a sensibilização com vistas à ampliação da participação dos processos de avaliação on-line e compreensão de seu significado;
- Apropriar-se de metodologias e tecnologias disponíveis no âmbito institucional;

- Promover a participação das Instituições Parceiras no processo de autoavaliação da IES;
- Vivenciar processos em uma perspectiva de participação coletiva;
- Utilizar os dados da avaliação externa, avaliação de cursos e ENADE para a qualificação do processo de avaliação institucional e meta-avaliação.

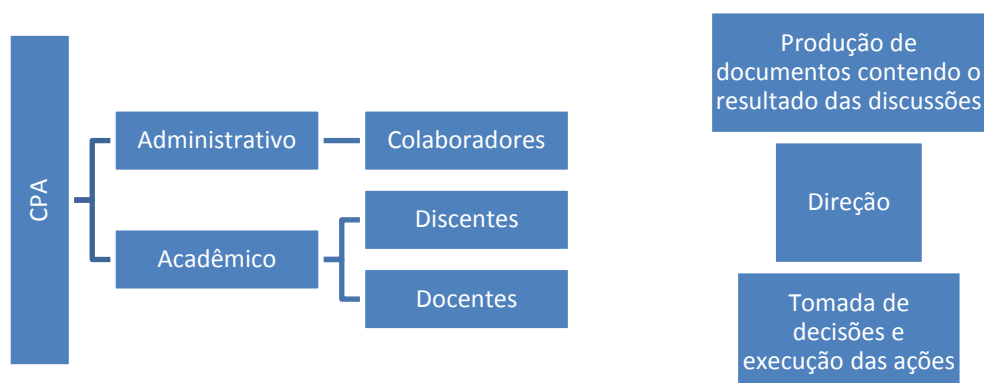
A Avaliação Institucional da FMC se estabelece na construção de seu Programa de Avaliação Institucional, coordenado pela CPA, elaborado a partir de uma perspectiva formativa e emancipatória de avaliação, com a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica – CPA, gestores/as, pesquisadores/as, técnico-administrativos, discentes, docentes, colegiados e instituições parceiras, contextualizado na proposta do SINAES, privilegiando a autoavaliação, a avaliação externa e a meta-avaliação.

Além disso, o PAI é orientado, tendo em vista o compromisso da Instituição em firmar um processo de gestão acadêmica e administrativa fundamentados na Missão e Princípios Institucionais, nos quais todos os setores da comunidade acadêmica tenham participação efetiva no processo.

A presença de uma cultura avaliativa é o eixo que baliza as ações dos processos institucionais, acreditando que é por meio das reflexões colegiadas, dos processos contínuos, que a Instituição poderá construir o conhecimento sobre sua realidade e peculiaridades, nas quais a interpretação e a busca de sentidos levarão à transformação e à consolidação da qualidade educativa com pertinência social.

A Figura 01 mostra o processo de discussão interna destes dados.

Figura 1 – Fluxograma do processo de avaliação institucional da FMC.



Fonte: CPA.

Pelo processo apresentado é possível perceber que as informações obtidas por meio da autoavaliação são amplamente discutidas nos diferentes âmbitos e setores da Instituição. A partir destas discussões são produzidos documentos apontando encaminhamentos necessários para melhoria e manutenção de aspectos importantes destacados que, por sua vez, passam pelo entendimento complementar da Direção da Instituição (QUADRO 3).

Quadro 3 – Descrição do Fluxo do Processo de Autoavaliação – FMC.

Fluxo do Processo de Autoavaliação – FMC
1) Elaboração do projeto de avaliação institucional: Realização do seminário de avaliação institucional; Definição de eixos e dimensões a serem avaliadas; Indicação dos possíveis instrumentos de coleta de dados.
2) Elaboração do plano de avaliação institucional: Estabelecimento de objetivos, metas e prazos; Definição da metodologia.
3) Execução da proposta: Sensibilização da comunidade universitária; Construção dos instrumentos de coleta de dados; Aplicação dos instrumentos de coleta de dados; Elaboração de relatórios, indicando potencialidades e fragilidades.
4) Encaminhamento de propostas de melhoria, acompanhamento das ações e divulgação dos resultados: Apresentação do relatório à direção; Encaminhamento dos relatórios à mantenedora; Acompanhamento das ações de melhoria; Divulgação dos resultados.
5) Realização de meta-avaliação: Revisão de relatórios; Identificação de ações de melhoria realizadas ou não; Apresentação de proposta de ajuste para o alcance dos objetivos determinados no projeto de AI.

A partir da apresentação das etapas do fluxo de autoavaliação é possível perceber o envolvimento das diversas áreas da Instituição no processo, destacando-se essencialmente a importância das decisões colegiadas, bem como as potencialidades e as ações corretivas e de melhoria. A autoavaliação reforça a necessidade de maior envolvimento dos parceiros, terceiros, comunidade externa e egressos para que a Instituição se fortaleça como excelência de ensino no município de Santa Maria e no estado do Rio Grande do Sul.

### 2.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Seguindo a estrutura já consolidada de autoavaliação institucional da FMC, no próximo ciclo serão realizadas etapas distintas de avaliação, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Etapas de Avaliação Institucional.

<b>Etapa</b>	<b>Participantes</b>	<b>Dimensões avaliadas</b>	<b>Forma de avaliação</b>
<b>1</b>	Corpo discente	Instalações físicas e serviços; Corpo docente e Coordenação de curso; Organização didático-pedagógica do curso.	Consulta online
<b>2</b>	Corpo docente	Instalações físicas e serviços; Corpo docente e Coordenação de curso; Organização didático-pedagógica do curso.	Consulta online
<b>3</b>	Colaboradores	Instalações físicas e serviços.	Consulta Online

### 2.3 EIXOS NORTEADORES

Este Projeto tem como base as 10 Dimensões dos SINAES, as quais são agrupadas em cinco Eixos pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa do MEC de agosto de 2014.

Quadro 5: Distribuição de Eixos e Dimensões.

<b>Eixos</b>	<b>Dimensões</b>
<b>1</b>	8 – Planejamento e Avaliação
<b>2</b>	1 – Missão e PDI 3 – Responsabilidade social da IES
<b>3</b>	2 – Políticas para o ensino, pesquisa e extensão 4 – Comunicação com a sociedade 9 – Política de atendimento aos discentes
<b>4</b>	5 – Política de pessoal 6 – Organização e gestão da IES 10 – Sustentabilidade financeira
<b>5</b>	7 – Infraestrutura

A CPA tem como meta avaliar os cinco Eixos no Ciclo Avaliativo de 2021 a 2023.

## 2.5 CRONOGRAMA

A avaliação Institucional ocorrerá seguindo o seguinte cronograma de trabalho:

<b>Ano</b>	<b>Eixo</b>	<b>Dimensão</b>
<b>2021</b>	2	1, 3
	3	2
<b>2022</b>	1	8
	3	4 e 9
	4	5, 6, 10
<b>2023</b>	5	7
	-	Meta-avaliação

## 2.6 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório deve conter: Ações previstas e realizadas, procedimentos de avaliação (metodologia), potencialidades, fragilidades e propostas de melhoria, o qual deverá ser submetido, anualmente, no sistema e-MEC durante o triênio. Nos dois primeiros anos, o relatório será apresentado em versão parcial e, no terceiro, será inserido integralmente.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 10861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília, DF, 2004.

BERTOLIN, J.C.G. A transformação do SINAES: da proposta emancipatória à lei híbrida. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – Avaliação**. v. 4, n. 9, 2004.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação e Compromisso Público**: a Educação Superior em Debate. Florianópolis: Insular, 2003.